

DIOCORUMBÁ



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL

Ano XIII • Edição Nº 3.117 • terça-feira, 22 de Abril de 2025

PARTE I • PODER EXECUTIVO

BOLETIM DE LICITAÇÃO

Extrato do CONTRATO Nº 08/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9275/2025.

Partes: O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.330.461/0001-10, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA e a empresa Josiane Cristina Silva Silveira, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.799.384/0001-50.

CÓDIGO: E19ED3520AE4B56143AA965E6D78BCDCDD8128C6

OBJETO: Aquisição de alimentação preparada, para atender as demandas vinculadas a esta secretaria.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência de contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da lei 14.133 de 2021.

PREÇO: O valor da contratação é de R\$ 27.773,00 (Vinte e sete mil setecentos e setenta e três reais)

DESIGNAÇÃO: Fica designada a servidora Laura Helena Midon Fonseca, matrícula nº 6930, para responder como gestora e a servidora Marcia Cristina Duarte Araujo, matrícula nº 6458 para responder como fiscal deste contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08.245.0101.2106 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB

08.245.0101.2107 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - BPSEMAC

08.122.0101.2105 - BLOCO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

PAGAMENTO: O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação.

Corumbá, MS 14 de Abril de 2025.

Assinam: Beatriz Rosália Ribeiro Cavassa de Oliveira- Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania e Josiane Cristina Silva Silveira.

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 - PROCESSO Nº 11.542/2025

Com objetivo de realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, para registro de preços para contratação de empresa visando à eventual execução de serviços de limpeza mecanizada e manual da vegetação, manutenção das áreas plantadas e coleta ensacada para atendimento da Administração Direta e Indireta do Município, a SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA, comunica a realização da Intenção de Registro de Preços - IRP Nº 013/2025.

O órgão interessado poderá manifestar o interesse em ser participante do registro de preços dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, não será permitida a inclusão de novos itens, assim como a extensão de prazo, por órgãos participantes conforme art. 86 da Lei 14.133/21.

Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o dia 02/05/2025 suas intenções, no e-mail: <mailto:irp.pmc@corumba.ms.gov.br>, com os seguintes documentos:

Solicitação de demanda;

Justificativas da sua necessidade;

Memória de cálculo;

Requisição.

Corumbá/MS, 22 de abril de 2025.

Énio Gonçalves Vasconcelos - Superintendente de Compras e Licitação



Município de Corumbá

Rua Gabriel Vandoni de
Barros, 01
CEP 79333-141

Corumbá - Mato Grosso
do Sul

CNPJ(MF) 03.330.461/0001-10

FONE: (67) 3234-3463

E-mail:

diariooficial@corumba.ms.gov.br

DIOCORUMBÁ,
instituído por meio do
decreto Nº1.061, de
25/06/2012

Gabriel Alves de Oliveira
Prefeito

**Beatriz Rosália Ribeiro
Cavassa de Oliveira**
Vice-Prefeita

Secretarias

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.....	Beatriz Rosália Ribeiro Cavassa de Oliveira
Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica.....	Marcos de Souza Martins
Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração.....	Camila Campos de Carvalho
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.....	Marcelo Rodrigues Antunes
Secretaria Municipal de Saúde.....	Antônio Juliano de Barros
Secretaria Municipal de Educação.....	Mabel Marinho Sahib Aguiar
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.....	Odilon Rodrigues Silva
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.....	Fernando Jorge Castro de Lucena
Procuradoria-Geral do Município.....	Roberto Ajala Lins
Controladoria-Geral do Município.....	Helena Echeverria de Lacerda Saad Costa
Auditoria-Geral de Fazenda.....	André Luiz Miceno Papa

Administração Indireta

Fundação de Meio Ambiente do Pantanal.....	Cristina de Arruda Ferreira Fleming
Fundação de Esportes de Corumbá.....	Michele Ferri Olmos
Fundação de Turismo do Pantanal.....	José de Carvalho Junior
Fundação da Cultura.....	Wanessa Pereira Rodrigues
Fundação de Desenvolvimento Urbano e Patrimônio Histórico.....	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar
Agência Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.....	Pietro Cândia
Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Corumbá.....	Madson Ramão
Agência Municipal de Transporte e Trânsito.....	Mariana Ricco Arguello Ortiz



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, RECEITA E ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS

Decreto Orçamentário nº 30 de 16 de abril de 2025

Página 1

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica combinado com o Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 previstas nos incisos I a III, do § 1º, e conforme autorização contida no Art. 6º da Lei 2.973 de 30 de Dezembro de 2024.

Resolve:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 384.000,00 para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02	24	91	FUNDO MUN. .MAN.DES.EDU.BAS.VAL.PROF.EDUC.-FUNDEB		
			12.361.0101.2581.0000	3.3.90.30.00	350.000,00
02	42	92	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
			08.122.0101.2103.0000	3.3.90.39.00	10.000,00
			08.245.0101.2106.0000	3.1.90.11.00	14.000,00
			08.245.0101.2107.0000	3.3.90.39.00	10.000,00
02	24	91	FUNDO MUN. .MAN.DES.EDU.BAS.VAL.PROF.EDUC.-FUNDEB		
			12.361.0101.2581.0000	3.1.90.04.00	-350.000,00
02	42	92	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
			08.122.0101.2103.0000	4.4.90.52.00	-10.000,00
			08.245.0101.2106.0000	3.1.90.13.00	-7.000,00
			08.245.0101.2106.0000	3.1.90.16.00	-7.000,00
			08.245.0101.2107.0000	3.3.90.30.00	-10.000,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CORUMBÁ, 16 de abril de 2025

CAMILA CAMPOS DE CARVALHO
Secretária Municipal de Planejamento, Receita e Administração

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS

Decreto Orçamentário nº 31 de 16 de abril de 2025

Página 1

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica combinado com o Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 previstas nos incisos I a III, do § 1º, e conforme autorização contida no Art. 1º da Lei 2.976 de 12 de Março de 2025.

Resolve:
Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$ 29.000,00 para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) :

02	49	11	FUND. DO DESENV. URBANO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CORUMBÁ			
			15.391.0103.4662.0000	3.3.90.47.00		5.000,00
02	49	84	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ			
			27.812.0101.5054.0000	3.3.90.30.00		2.000,00
			27.812.0101.5054.0000	4.4.90.52.00		22.000,00
02	49	11	FUND. DO DESENV. URBANO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE COR			
			16.482.0103.5689.0000	3.3.90.35.00		-5.000,00
02	49	84	FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ			
			27.811.0101.5053.0000	3.3.90.30.00		-2.000,00
			27.811.0101.5053.0000	4.4.90.52.00		-22.000,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CORUMBÁ, 16 de abril de 2025

CAMILA CAMPOS DE CARVALHO
Secretária Municipal de Planejamento, Receita e Administração

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS****Decreto Orçamentário nº 32 de 16 de abril de 2025**

Página 1

Abre no orçamento vigente crédito adicional por Superávit e dá outras providências.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica combinado com o Art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 previstas nos incisos I a III, do § 1º, e conforme autorização contida no Art. 6º da Lei 2.973 de 30 de Dezembro de 2024.

Resolve:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional por Superávit na importância de R\$ 3.200.000,00 para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02	37	10	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
			15.451.0103.5200.0000	3.3.90.35.00	200.000,00
			15.451.0103.5200.0000	3.3.90.39.00	1.500.000,00
			15.451.0103.5200.0000	4.4.90.51.00	1.500.000,00

Artigo 2º.- Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CORUMBÁ, 16 de abril de 2025

CAMILA CAMPOS DE CARVALHO
Secretária Municipal de Planejamento, Receita e Administração

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO N.º 45 DE 22 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DE EMPENHO N.º 2259/2024 REFERENTE A RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ-MS.

A Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Gabriel Vandoni de Barros, s/n, Bairro Dom Bosco, nesta cidade, devidamente representado por seu Secretário Municipal de Saúde, Sr. Antônio Juliano de Barros, neste ato, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, com fulcro nos termos do Art. 117 da Lei Federal de nº14.133/2021, e ainda, no art. 71, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 219, de 20 de dezembro de 2017.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 14115/2022, que trata da análise e solicitação de anulação de empenho de restos a pagar não processados;

CONSIDERANDO o art. 3º, inciso IV, do Decreto nº. 3.311, de 02 de outubro de 2024, que trata da autorização e determinação para revisão e cancelamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 4.320/1964, que regula a execução orçamentária e financeira da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado o empenho nº 2259/2024, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), referente a restos a pagar não processados, haja vista, o encerramento da vigência contratual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbá-MS, 22 de Abril de 2025.

Antônio Juliano de Barros
Secretário Municipal de Saúde
Portaria "P" Nº 3, de 1º de Janeiro de 2025

FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ

PORTARIA "P" Nº 29, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

A DIRETORA - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, I, da Lei Orgânica do Município de Corumbá e, pelo art. 1º, II, do Decreto nº 1.739, de 12 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIS FELIPE RODRIGUES MACEDO no cargo de provimento em comissão de Assessor Governamental II, símbolo DAG-06, na Fundação de Esportes de Corumbá.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor com sua publicação.

MICHELE FERRI OLMOs
Diretora-Presidente da Fundação de Esportes de Corumbá

Extrato do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025-FUNEC - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7178/2025.

Partes: O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS, por intermédio da FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORUMBÁ, entidade de direito público, portadora do CNPJ/MF n. 02.018.562/0001-98 e a empresa LONTRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n. 11.737.348/0001-82.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, bem como de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em condicionadores de ar, para atender as demandas da Fundação de Esportes de Corumbá.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, computados da sua publicação, podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PREÇO: O valor total do contrato administrativo é de R\$ 12.080,44 (doze mil, oitenta reais e quarenta e quatro centavos).

DESIGNAÇÃO: Fica designado o servidor Carlos Henrique de Siqueira, matrícula nº 7345, para responder como gestor e o servidor Adriano Firmino Sena, matrícula nº 6156, para responder com fiscal deste contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.49 - Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica
49.84 - Fundação de Esportes de Corumbá
27.812.0101.4171 - Gerenciamento da Fundação de Esportes de Corumbá
33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
BASE LEGAL: Lei n. 14.133/2021
FORO: Comarca da Corumbá - MS

Data da Assinatura: 22 de abril de 2025.

Assinam: Michele Ferri Olmos, Diretora Presidente da Fundação de Esportes de Corumbá e a empresa Lontra & Cia Ltda, pelo seu representante legal.

PARTE II - PODER LEGISLATIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2024

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ/MS e POSTO MARCELO P. DE SOUZA LTDA.

Objeto: ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL VEICULAR (GASOLINA), O ABASTECIMENTO DIRETO DA BOMBA NO VEÍCULO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CORPO LEGISLATIVO E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL CORUMBÁ/MS, COM ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Prazo: PRORROGADO POR MAIS 10 (DEZ) MESES - DE 05/04/2025 A 05/02/2026.

Dotação Orcamentária: 01.001.01.031.2000.0105 - 3.3.90.30.00.00 - FICHA 13 - MATERIAL DE CONSUMO

Assinam: PELA CONTRATANTE: UBIATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO - Presidente da Câmara Municipal de Corumbá/MS e PELA EMPRESA CONTRATADA: MARCELO PEREIRA DE SOUZA.

Local e Data: Corumbá/MS, 02 de abril de 2025.

RESOLUÇÃO Nº. 773 - 2.025.

"DISPÕE SOBRE O PROCESSAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL".

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá-MS., APROVOU E EU PROMULGO, A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

Artigo 1º. - CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os procedimentos afetos ao processamento das consignações em folha de pagamento dos servidores efetivos, vereadores e pensionistas do Poder Legislativo Municipal, de modo a agregar mais segurança, agilidade e transparência para todos os envolvidos nas operações;

Por Decisão do Colegiado Decreta:
CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Artigo 1º. - Os servidores do Poder Legislativo poderão ter averbada consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, por imposição legal, mandado judicial ou autorização pessoal.

Artigo 2º. - As consignações em folha de pagamento dos servidores, vereadores e pensionistas civis do Poder Legislativo Municipal observarão as regras estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo Único - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade da Administração Pública do Legislativo por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo consignado junto às entidades consignatária.

Artigo 3º. - Considera-se, para fins desta Resolução:

I - Consignatário: entidades destinatárias dos créditos resultantes das consignações compulsória ou facultativa;

II - Consignado: servidor público integrante da administração pública legislativa municipal, ativo, vereador, pensionista ou beneficiário de pensão;

III - Consignante: O Poder Legislativo do Município de Corumbá, sob responsabilidade do presidente.

IV - Consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão civil, efetuados por força de lei ou de mandado judicial;

V - Consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração, do servidor ou agente, mediante sua autorização prévia e formal, com o fim de manter situações profissionais e pessoais específicas;

VI - Margem consignável: parcela da remuneração, excluídas as consignações compulsórias, disponível para desconto de consignação facultativa.

VII - Taxa de juros efetiva: taxa que inclui, além de juros, todos os custos que forem imputados na operação de encargos, tais como: seguro de crédito; cadastro; tarifa de contratação de serviços e outros.

CAPÍTULO II

Das Consignações Compulsórias

Artigo 4º. - São consideradas consignações compulsórias:

I - Indenizações à Fazenda Pública Municipal, em decorrência de dívida ou restituição de valores;

II - Contribuição para o respectivo Regime Previdenciário;

III - Pensão alimentícia, fixada e determinada judicialmente;

IV - Imposto sobre Renda e proventos de qualquer natureza;

V - Obrigação decorrente de mandado judicial ou de decisão administrativa;

VI - Contrapartida de plano de assistência à saúde dos servidores públicos municipais;

VII - Auxílio para o programa habitacional concedido pela Administração Municipal ou pelo Poder Legislativo;

VIII - Outros descontos compulsórios instituídos por lei;

CAPÍTULO III

Das Consignações Facultativas

Artigo 5º. - São consideradas consignações facultativas:

I - Contribuições em favor de entidade sindical, nos termos da Constituição Federal ou do Ordenamento Jurídico Municipal de Corumbá;

II - Mensalidade instituída para custeio de entidades de classe ou associação constituídas exclusivamente de servidores públicos municipais;

III - Contribuição para prêmios de seguro de vida cobertos por entidade fechada ou aberta de previdência privada, seguradora que opere com plano de saúde, pecúlio, seguro de vida, renda mensal ou previdência complementar;

IV - Amortização de financiamento imobiliário para aquisição de imóvel destinado à moradia própria ou da família do servidor;

V - Amortização de empréstimo em geral concedido por instituições financeiras ou por cooperativas de crédito autorizadas pelo Banco Central, Banco do Brasil e entidades abertas de previdência complementar e seguradora autorizadas pela SUSEP;

VI - Benefícios financeiros, auxílios ou serviços prestados aos servidores municipais por entidade credenciada como consignatária;

VII - Pensão alimentícia voluntária em favor de dependente cujo nome conste dos assentamentos funcionais do consignado;

VIII - Amortização de empréstimos ou financiamentos concedidos por instituições financeiras, por operadoras de cartões de crédito e por operadoras de cartões na modalidade de adiantamento salarial, na forma de compras.

CAPÍTULO IV

Dos Consignatários Facultativos

Art. 6º Serão credenciados, para efeito de consignação facultativa:

I - Órgão ou entidade da Administração Pública;

II - Entidade de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente por servidores públicos;

III - Entidade sindical representativa de servidores públicos municipal;

IV - Entidade fechada ou aberta de previdência privada que opere com planos de pecúlios, saúde, seguro de vida ou renda mensal autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

V - Cooperativa instituída de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, destinadas a atender os servidores públicos;

VI - Agentes do Sistema Financeiro Imobiliário;

VII - Instituições financeiras, por operadoras de cartões de crédito e por operadoras de cartões na modalidade de adiantamento salarial, na forma de compras.

§ 1º. - As entidades previstas nos incisos IV a VI deste artigo somente podem ser credenciadas como consignatárias, caso estejam em dia com suas obrigações fiscais e previdenciárias e se estiverem devidamente registradas nos competentes órgãos de controle e fiscalização.

§ 2º. - É vedada a realização de consignações originárias de operações financeiras feitas por entidades não autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º. - Aos consignatários facultativos que operem com empréstimos pessoais é vedada a utilização, para a realização de seus negócios, de quaisquer recursos da do Tesouro Municipal, entre eles espaço físico, recursos materiais ou de pessoal da Administração Pública Municipal.

§ 4º. - Os órgãos ou entidades da Administração Pública, de direito público ou privado, interessados em efetivar consignação em folha de pagamento de servidores ou agente político, ficam dispensados de firmar termo de credenciamento sendo bastante requerer à Secretaria do Legislativo, dirigidos ao Presidente da Mesa Diretora sua inscrição como consignatária.

Artigo 7º. - O credenciamento das entidades consignatárias ocorrerá por Chamamento Público.

Artigo 8º. - As entidades privadas interessadas em obter credenciamento, perante a o Legislativo Municipal de Corumbá, para realização de averbação de consignação facultativa em folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas, deverão apresentar à Secretaria da Câmara, conforme a sua natureza jurídica e a finalidade do credenciamento, documentos discriminados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º. - Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia, acompanhada do respectivo original, para autenticação por servidor da Secretaria do Poder Legislativo.

§ 2º. - As certidões, nas quais não constar o prazo de validade, serão aceitas se a data da emissão não ultrapassar a sessenta dias do protocolo do pedido de credenciamento.

Artigo 9º. - A entidade interessada em realizar averbação de consignação em folha de pagamento, após análise e aprovação da documentação apresentada à Secretaria do Poder Legislativo, será classificada como Consignatária mediante assinatura do Termo de Credenciamento constante do Anexo II deste Decreto, que será firmado por até vinte e quatro meses, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, por períodos sucessivos, certos e determinados.

§ 1º. - Para renovação do Termo de Credenciamento, a consignatária deverá apresentar, a documentação discriminada no Anexo I, segundo sua natureza jurídica e finalidade do credenciamento, com antecedência de trinta dias do término do instrumento vigente.

§ 2º. - Cabe ao presidente, como representante da Câmara Municipal de Corumbá formalizar a instrução processual para avaliar a conveniência administrativa do credenciamento de entidade, considerando, em especial, o benefício direto aos servidores municipais, bem como, ao final, firmar o termo de credenciamento com a entidade consignatária.

Artigo 10 - A rescisão de Termo de Credenciamento, a pedido de entidade consignatária, será requerida ao Presidente, justificando as razões da solicitação.

Artigo 11 - As entidades que mantêm averbações de consignações em folha de pagamento terão até sessenta dias para ajustar seu credenciamento, nos termos desta Resolução, junto à Câmara Municipal de Corumbá.

Parágrafo Único - Cabe ao Poder Legislativo através do seu representante, formalizar a instrução processual para avaliar a conveniência administrativa do credenciamento de entidade, considerando, em especial, o benefício direto aos servidores municipais, bem como, ao final, firmar o termo de credenciamento com a entidade consignatária.

Artigo 12 - Para o credenciamento das entidades consignatárias, será exigida sua atuação através do sistema de gerenciamento de margem consignável dos servidores municipais.

CAPÍTULO V

Da Solicitação da Consignação Facultativa

Artigo 13 - A consignação facultativa somente será efetivada com a apresentação pela entidade consignatária à Câmara Municipal de Corumbá de contrato preenchido e assinado pelo servidor, agente político ou pensionista civil, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Autorização prévia e expressa do consignado;

II - Documentos pessoais originais;

§ 1º. - A autorização de que trata o inciso I deste artigo deverá ser arquivada pela entidade consignatária, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, pelo presidente da Câmara.

§ 2º. - A entidade consignatária, para fim de averbação da consignação na folha de pagamento, deverá encaminhar ao Departamento do Pessoal autorizações de desconto, até o décimo dia útil de cada mês.

§ 3º. - O repasse dos valores consignados às entidades consignatárias será efetuado pela Diretoria Financeira com visto da contabilidade, até o décimo dia do mês subsequente ao da efetivação do desconto.

§ 4º. - Holerite e Margem consignável será entregue a Entidade Consignatária e ficará somente em seu poder, não sendo anexada a nenhum processo ou prestação de contas, por ser um documento pessoal que só importa ao agente financeiro Consignatário e ao Consignado.

Artigo 14 - As solicitações de consignações, previstas nos incisos IV e VII do art. 4º deste Decreto, deverão conter, além dos documentos descritos nos incisos do art. 7º, os seguintes:

- I - Valor ou percentual de desconto sobre a remuneração;
- II - Identificação dos dados bancários para depósito do valor consignado;
- III - Autorização expressa do consignatário ou de seu representante legal;

Artigo 15 - Não será processada averbação de consignação facultativa de valor inferior a dois por cento do menor vencimento mensal do servidor ou agente político interessado.

Parágrafo Único - Observado o princípio da economicidade, o Ordenador de Despesas poderá estabelecer, no respectivo termo de credenciamento, percentual superior ao previsto no caput deste artigo.

CAPÍTULO VI

Do Limite da Margem Consignável

Artigo 16 - A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não poderá exceder o limite de 40% (quarenta por cento), sendo incluídas na remuneração bruta mensal consignável, para definição da margem, além do vencimento e subsídio, as seguintes vantagens financeiras:

- I - Adicional por tempo de serviço;
- II - Gratificação de incentivo à capacitação;
- III - Adicional de operações especiais;
- IV - Adicional de função tributária;
- V - Adicional de produtividade da saúde;
- VI - Adicional de função;
- VII - Gratificação pelo exercício de cargo em comissão;
- VIII - Gratificação pelo exercício de função de confiança;
- IX - Adicional de dedicação integral;
- X - Vantagem pessoal individual;
- XI - Gratificação de dedicação exclusiva.

§ 1º. - Para efeito deste Decreto, a consignação referente à prestação de financiamento para aquisição de imóvel residencial ou terreno será computada no limite previsto no parágrafo anterior.

§ 2º. - O valor a ser informado na Declaração de Margem Consignável, para consignação facultativa, será o menor valor obtido entre os calculados com base nos limites de 70% (setenta por cento) - considerando as consignações compulsórias e facultativas - e de 40% (quarenta por cento) - considerando as consignações facultativas.

§ 3º. - É vedado o refinanciamento de obrigações averbadas com menos de 6 (seis) das parcelas de empréstimo pessoal devidamente liquidadas.

Artigo 17 - Os documentos que formarão o processo de consignado tais como Margem Consignável e Holerite, serão expedidos pelo Departamento do Pessoal ao interessado e será acompanhado de Ofício dirigido a Instituição Financeira, cujo Ofício com o recebido será devolvido pelo servidor ou agente político ao Departamento do Pessoal.

Artigo 18 - O valor comprometido com a utilização de cartão de crédito será de 5% (cinco por cento) da remuneração bruta consignável do servidor, excluídas as verbas constantes nos incisos do caput do art. 19 deste Decreto. Parágrafo único. Ao disposto neste artigo não se aplica o índice estabelecido no caput do art. 16.

Artigo 19 - Ficam excluídas da composição de remuneração bruta mensal consignável as seguintes verbas:

- I - Diárias, ajuda de custo e auxílio;
- II - Vale Refeição;
- III - Indenização de transporte;
- IV - Salário-Família;
- V - Gratificação Natalina;

VI - Abono de Permanência, sendo que este não será também abatido como redutor.

CAPÍTULO VII Da Taxa de Juros

Artigo 20 - A entidade consignatária que realizar empréstimos com averbação na folha de pagamento para servidores do Poder Legislativo do Município de Corumbá deverá:

- I - Informar à presidência a taxa de juros praticada, até o quinto dia útil de cada mês.

CAPÍTULO VIII Da Suspensão da Consignação Facultativa

Artigo 21 - Verificada consignação processada em desacordo com o disposto neste Decreto, mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos e agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, lhe incumbe o dever de suspender a consignação, para fins de desativação imediata temporária ou definitiva, da rubrica destina à entidade consignatária envolvida.

Artigo 22 - A consignação em andamento que estiver em desacordo com o disposto neste Decreto não poderá ser processada normalmente até a última parcela, consoante o instrumento legal que lhe deu causa.

Artigo 23 - A suspensão de desconto relativo à consignação facultativa poderá ocorrer:

- I - Por interesse da Administração, quando justificado;
- II - A pedido da entidade consignatária;
- III - A pedido do servidor, com anuência da consignatária;
- IV - Comprovada a quitação do débito junto à entidade credora.

Parágrafo Único - Em qualquer das hipóteses de suspensão de desconto relativo à consignação facultativa, o pedido ou comunicação deverá ser formalizado por escrito, devidamente datado e assinado pelo emitente com a anuência da consignatária.

CAPÍTULO IX

Do Cancelamento da Consignação Facultativa

Artigo 24 - As consignações facultativas poderão ser canceladas:

- I - Por força de lei;
- II - Por ordem judicial;
- III - Por vício insanável no processo de consignação;
- IV - Quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignado, praticada por consignatário ou terceiro que com ele contrate;
- V - Por interesse da entidade consignatária, expresso por meio de solicitação formal;
- VI - A pedido formal do consignado;
- VII - Por solicitação da administração, a qualquer tempo, quando comprovar que a entidade consignatária não atende às exigências legais;

§ 1º. - O pedido, por parte do consignado, de cancelamento de consignação implica interrupção do desconto na folha de pagamento do mês em que for formalizado ou na folha do mês subsequente, no caso de ter sido encerrado o processamento mensal.

§ 2º. - As consignações facultativas relativas a empréstimo somente poderão ser canceladas pelo consignado com a aquiescência do consignatário, mediante pedido formal, e as demais situações, mediante solicitação apresentada pelo consignatário.

CAPÍTULO X Da Sanção

Artigo 25 - O não cumprimento das disposições estabelecidas nesta Resolução ou em norma complementar sujeitará a entidade consignatária às seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Suspensão de novas averbações;
- III - descredenciamento.

§ 1º. - A advertência será feita mediante comunicação escrita à entidade, para exercício do contraditório, depois de constatada a transgressão.

§ 2º a suspensão de averbações será aplicada em caso de reincidência, por prazo de até seis meses.

§ 3º. - o descredenciamento será determinado em caso de reiteradas transgressões e a entidade consignatária atingida não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de vinte e quatro meses.



§ 4º. - As sanções previstas nos incisos I e II, do art. 1º serão aplicadas, somente, após a concessão de prazo para a consignatária exercer o direito de contraditório e da ampla defesa.

Artigo 26 - O consignatário facultativo deverá comunicar à Administração ou Instituição, eventuais alterações cadastrais, bem como encaminhar, até o sexto dia útil de cada mês, em meios físico e eletrônico, demonstrativo que contenha as inclusões e exclusões de consignações, salvo no caso das consignações referentes à pensão alimentícia voluntária ou aluguel de imóvel residencial.

§ 1º. - Não serão recebidos demonstrativos encaminhados fora do prazo de que trata o caput deste artigo.

§ 2º. - As instituições financeiras ou cooperativas conveniadas que operem com empréstimo pessoal, na condição de consignatárias facultativas, deverão entregar demonstrativo de inclusões acompanhado de cópia do contrato de empréstimo celebrado com o consignado, já devidamente averbado.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais

Artigo 27 - Não serão permitidas, no processamento da folha de pagamento, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias agentes políticos e servidores ou pensionistas civis que impliquem créditos para esses.

Artigo 28 - Ao Presidente fica autorizado:

I - Prorrogar convênios para concessão de empréstimos sob consignação em folha de pagamento por parte de instituições financeiras, inclusive cooperativas de crédito, observadas as disposições deste decreto e a legislação em vigor;

II - Estabelecer normas e procedimentos e aprovar formulários padronizados para implementação das disposições deste Decreto.

Artigo 29 - As entidades consignatárias devem consultar sempre em caso de dúvidas o chefe do RH sobre a expedição da Margem Consignável.

Artigo 30 - Os Anexos desta Resolução constituem parte integrante do seu texto como se nela estivessem transcritos.

Artigo 31 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ubiratan Canhete de Campos Filho
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 001, DE ____ DE _____ DE 2025.

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO
PERANTE A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESPECIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS	
A	Cópia do ato de criação e/ou do estatuto, para a comprovação da natureza jurídica
B	Cópia do contrato social e últimas alterações de capital e objeto, devidamente registrados

C	Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ
D	Comprovante de cadastro e de regularidade no respectivo órgão fiscalizador da atividade finalística
E	Cópia de alvará, para comprovar a localização da sede e/ou filial em Corumbá/MS ou na Capital de MS
F	Certidão negativa de débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS
G	Certidão negativa de débitos com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
H	Prova de regularidade para com a Receita Brasil, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais e certidão negativa, quanto à dívida ativa da União

I	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos de tributos municipais do domicílio ou sede da entidade
OBS.:	Os documentos serão solicitados de conformidade com a finalidade do credenciamento e a natureza jurídica da entidade consignatária, podendo a Administração solicitar

ANEXO II - RESOLUÇÃO Nº 001, DE ____ DE _____ DE 202__.

TERMO DE CREDENCIAMENTO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, E _____ _____, COM A FINALIDADE DE ESTABELECEER CONDIÇÕES PARA A AVERBAÇÃO DE CONSIGNAÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público, com sede na _____, nº _____ - Paço Municipal, Corumbá, inscrição no CNPJ/MF sob o n. 03.561.974/0001-32, doravante denominado **CONSIGNANTE**, representada pelo Presidente do Poder Legislativo, Sr. **UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO** brasileiro, portador do RG nº _____, SSP/MS, inscrição no CPF/MF sob o nº _____, e a _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, inscrição no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominado **CONSIGNATÁRIA**, representada neste ato pelo Sr. _____, qualificação _____, RG nº _____, inscrição no CPF/MF sob o nº _____, residente à Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, firmam o presente **Termo de Credenciamento**, que fica submetido às disposições no art. 37 da Lei Complementar n. 42, de 2 de agosto de 2000, e ao **regulamento aprovado pelo Decreto nº. 1.194, de 5 de maio de 2013**, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo de Credenciamento é habilitar a **CONSIGNATÁRIA** para inclusão de averbação de descontos na remuneração de servidores ativos, agente político e pensionistas, através do Sistema de Folha de Pagamento do Poder Legislativo, com a finalidade de efetivar consignação para pagamento de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

2.1. As solicitações de consignações em folha de pagamento serão apresentadas pela **CONSIGNATÁRIA**, através de formulário próprio ou relação autorizativa, em papel timbrado da entidade, firmado pelo servidor e por, no mínimo, um de seus representantes.

2.2. O **CONSIGNANTE** promoverá o desconto na remuneração dos servidores municipais do Poder Legislativo, através do seu Sistema de Folha de Pagamento, desde que as averbações atendam aos requisitos determinados pela legislação aplicável à espécie de operação consignada e o valor da parcela não seja inferior a um por cento do menor vencimento básico da Tabela Geral de Vencimentos do Município.

2.3. A averbação da consignação somente ocorrerá se houver margem consignável na remuneração do servidor consignante, conforme estabelecido na legislação e após avaliação do setor competente do Departamento do Pessoal do Legislativo.

2.4. A alteração para maior do valor consignado dependerá de manifestação pessoal do servidor consignante, através de formulário próprio e da reanálise da margem consignável pelo Departamento do Pessoal.

2.5. A inexistência da margem para a promoção da consignação impedirá o Departamento do Pessoal de lançar o desconto a favor da **CONSIGNATÁRIA** e importará na devolução do formulário firmado pelo servidor consignante.

2.6. Terão precedência sobre as consignações apresentadas pela **CONSIGNATÁRIA** os descontos relacionados a obrigações previdenciárias, sociais e tributárias, a decisão judicial e descontos a favor do Tesouro, de fundo, de autarquia ou de fundação municipal.

2.7. Ocorrendo redução da margem consignável, que impossibilite a promoção da consignação a favor da **CONSIGNATÁRIA**, os descontos serão suspensos até a regularização da situação financeira do servidor consignante.

2.8. Na hipótese do subitem 2.7, a **CONSIGNATÁRIA**, de comum acordo com o servidor consignante, poderá promover a redução do desconto, compatibilizando-o com a nova margem consignável e reapresentar o pedido de averbação da consignação.

2.9. A **CONSIGNATÁRIA** poderá emitir boleto bancário de cobrança das parcelas consignadas para pagamento direto pelo servidor, enquanto permanecerem suspensos os descontos, a seu favor, na folha de pagamento dos servidores municipais.

2.10. As consignações creditadas indevidamente à **CONSIGNATÁRIA** serão ressarcidas ao **CONSIGNANTE**, mediante desconto compulsório no repasse que lhe for creditado no mês imediatamente seguinte ao de sua ocorrência.

2.11. O cancelamento das consignações, exceto pelo término do período pactuado para o desconto, será solicitado pela **CONSIGNATÁRIA**, por iniciativa sua ou pelo servidor, com sua anuência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSIGNANTE

3.1. O **CONSIGNANTE** assume as seguintes obrigações:

a) processar os lançamentos das consignações em folha de pagamento, após análise e aprovação da unidade de recursos humanos da Secretaria Municipal de Gestão Pública, segundo as exigências das normas legais que regem as condições constantes deste instrumento e das operações a serem consignadas;

b) comunicar à **CONSIGNATÁRIA** os impedimentos para processamento das consignações solicitadas, mediante devolução do formulário firmado pelo servidor consignante, inclusive nos casos de desligamento de servidor do seu quadros de pessoal, que mantem consignação ao seu favor;

c) obter a anuência prévia da **CONSIGNATÁRIA** para suspensão da consignação, em caso de pedido de cancelamento de averbação formulado por servidor consignante.

3.2. Por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Pública, o **CONSIGNANTE** repassará à **CONSIGNATÁRIA**, através de crédito na conta bancária, os valores consignados até o vigésimo dia do mês subsequente ao do desconto.

3.3. No caso de consignação de servidores lotados em autarquia ou fundação e de aposentado e pensionista da previdência social municipal, o repasse à **CONSIGNATÁRIA** será feito diretamente pela entidade que pagar a remuneração mensal do servidor consignante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA:

4.1. São obrigações da entidade **CONSIGNATÁRIA**:

a) manter, durante toda a vigência deste instrumento e seus aditivos, em carta de designação expressa, um representante credenciado, residente na cidade de Corumbá/MS ou na capital do Estado de Mato Grosso do Sul;

b) conceder aos servidores de órgãos e entidades do Poder Legislativo, com juros compatíveis e nos termos da legislação pertinente às suas operações e atividades, concessão de crédito para obtenção de recursos financeiros, de bens ou de serviços de interesse do servidor consignante, em parcelas que se enquadrem à margem consignável mensal;

c) acatar as recusas, após análise da Presidência do Legislativo, dos casos em que não houver margem consignável para a averbação proposta ou sua finalidade não se enquadrar no objeto deste Termo;

d) apresentar as solicitações de averbação de consignação, através de formulário próprio, com sua identificação pré-impressa, firmado pelo servidor consignante ou por seu representante legal;

e) manter atualizada as informações cadastrais referentes à situação jurídica, localização, conta bancária e representante legal para firmar compromissos e assinar documentos em seu nome.

f) comunicar as suspensões ou cancelamentos de consignações de servidores consignantes, até o dia quinze do mês anterior à proposta de suspensão;

g) observar a periodicidade estabelecida pelo Poder Legislativo e na ausência deste por outras legislações municipais para a entrada e processamento dos pedidos de consignação;

h) responsabilizar-se pelas informações funcionais prestadas pelos servidores que solicitarem a averbação de consignação em folha de pagamento;

i) Protocolar no prazo requerimento a presidência do legislativo, no prazo especificado na letra "f" desta cláusula qualquer cancelamento de averbação, seja de ordem interna ou externa, com ciência do servidor consignante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES

5.1. O **CONSIGNANTE** não se responsabilizará por valores tomados por seus servidores e não descontados em folha de pagamento, por ausência de margem consignável ou desligamento do seu quadro de pessoal.

5.2. A **CONSIGNATÁRIA**, em caso de culpa, ficará responsável por ressarcimentos e/ou indenizações, quando houver descontos indevidos ou benefícios não concedidos, pleiteados administrativa ou judicialmente por seus consignantes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de vinte e quatro meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, por interesse das partes, desde renovada mediante apresentação dos documentos para credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido, amigavelmente, por manifestação de uma das partes, desde que com antecedência mínima de trinta dias.

7.2. O **CONSIGNANTE** promoverá a rescisão deste instrumento na ocorrência de dolo, admitida a defesa prévia da **CONSIGNATÁRIA**, na apresentação de solicitações de descontos sem observância da legislação vigente e sem a manifestação pessoal do servidor consignante ou em desacordo com as condições constantes deste Termo e do regulamento referido no preâmbulo.

7.3. No caso de existirem consignações averbadas a favor da **CONSIGNATÁRIA**, por ocasião da rescisão, o **CONSIGNANTE** poderá manter a vigência deste Termo, enquanto existirem descontos a serem feitos, vedada a inclusão de novas consignações.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Corumbá/MS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todas e quaisquer dúvidas decorrentes deste Termo de Credenciamento.

E, por estarem justas e compromissadas, firmam o presente Termo de Credenciamento, em três vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

CORUMBÁ/MS,

UBIRATAN CANHETE DE CAMPOS FILHO
Pelo CONSIGNANTE

Pela CONSIGNATÁRIA

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF

Sala das Sessões, 14 de abril de 2.025.

Ubiratan Canhete de Campos Filho

Presidente
(Assinatura Digital)
